

Plano Clima 2024-2035

Apresentação institucional



PLANO CLIMA

2024-2035

Contexto



Contexto de emergência climática indica mudanças significativas no Brasil, tais como:



aumento de **temperatura** e de **ondas de calor** em todas as macrorregiões;



aumento de **chuva** anual na região Sul e o de chuva extrema persistente nas regiões Norte, Sudeste e Sul;



aumento da frequência e da duração de **secas** nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste;



aumento de **vento severo** nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul; e



aumento da temperatura do oceano, elevação do **nível do mar**, branqueamento dos corais, ondas de calor marinhas e acidificação do oceano em toda a costa brasileira.

Crescimento da proporção, frequência e magnitude de eventos climáticos extremos e impacto sobre a população

Contexto



Pontos de não retorno para o Brasil:

- **Colapso da Floresta Amazônica:** aquecimento global superior a 1,5°C (em relação ao período pré-industrial) + desmatamento e incêndios florestais; e
- **Extinção de recifes de coral:** apontado como o primeiro ecossistema a ser extinto funcionalmente.



Qual o custo da inação?

- Perda correspondente a 146% do **PIB** do Brasil até 2050;
- Redução significativa nos níveis de **atividade econômica, emprego, produtividade**, entre outros indicadores; e
- Agravamento das **disparidades regionais** diante dos impactos da mudança do clima.

O Plano Clima se apresenta como documento-chave para orientar a política de enfrentamento à mudança do clima no Brasil nos próximos 10 anos.



MITIGAÇÃO

ADAPTAÇÃO

PERDAS E
DANOS



QUANTO MAIS RÁPIDA A
REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE
GASES DE EFEITO ESTUFA...



... MAIORES AS CHANCES DE
REDUZIR VULNERABILIDADES
E **AUMENTAR A RESILIÊNCIA**...



... E **MENORES OS**
IMPACTOS DE EVENTOS
CLIMÁTICOS EXTREMOS

Conhecendo o Plano Clima

Amparo legal



Marcos normativos nacionais

CF 1988

Estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever do Poder Público e da coletividade de protegê-lo e preservá-lo (art. 225).

PNMC (Lei nº 12.187/2009)

Estabelece o Plano Clima como instrumento para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.

CIM (Decreto nº 11.550/2023)

Restauração do CIM e fortalecimento da governança climática nacional.

Resolução CIM nº 3/2023

Aprova **estrutura do Plano Clima 2024-2035**. Institui GTs para elaboração dos eixos de **Adaptação e Mitigação**.

Resolução SUBEX/CIM nº 4/2025

Instituição dos GTs para elaboração do **eixo das Estratégias Transversais** para Ação Climática do Plano Clima 2024-2035.

Em 2024, o Brasil estabeleceu nova meta para redução de emissões em sua nova **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)**, no âmbito do **Acordo de Paris**.





Estratégia Nacional de Mitigação

Planos Setoriais de Mitigação

- 1 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos
- 2 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas
- 3 Agricultura e Pecuária
- 4 Energia
- 5 Transportes
- 6 Cidades
- 7 Indústria
- 8 Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos



Estratégias Transversais para Ação Climática

Transição Justa e Justiça Climática

Mulheres e Clima

Meios de Implementação

Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência



Estratégia Nacional de Adaptação

Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação

- 1 Agricultura e Pecuária
- 2 Agricultura Familiar
- 3 Biodiversidade
- 4 Cidades
- 5 Energia
- 6 Igualdade Racial e Combate ao Racismo
- 7 Indústria e Mineração
- 8 Oceano e Zona Costeira
- 9 Povos e Comunidades Tradicionais
- 10 Povos Indígenas
- 11 Recursos Hídricos
- 12 Redução e Gestão de Riscos e de Desastres
- 13 Saúde
- 14 Segurança Alimentar e Nutricional
- 15 Transportes
- 16 Turismo



PLANO CLIMA
2024-2035

Visão

O Plano Clima coloca o Brasil na trajetória de se tornar um **país sustentável, resiliente, seguro, justo e próspero**, com os governos, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade científica conscientes, engajados e atuando de forma integrada diante da mudança do clima.

Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano Clima é orientar, promover, implementar e monitorar ações coordenadas que visem à **transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050** e à **adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo**, à luz do **desenvolvimento sustentável** e da **justiça climática**.

Princípios

Constituição Federal de 1988
Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187/2009)
Compromissos internacionais – UNFCCC (Acordo de Paris e as NDC do Brasil) e
Agenda 2030 (17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS)

O Plano com a cara do Brasil

Dados do Brasil Participativo



1ª Etapa (07 a 11/2024)

9 Plenárias Territoriais, para mobilizar a população, informar etapas de elaboração do Plano e estimular o envio de propostas pelo **Brasil Participativo**. O processo contou com **24.088 participantes e 1.292 propostas** para as **Estratégias Nacionais de Mitigação e Adaptação, e seus planos setoriais e temáticos**.

2ª e 3ª Etapa (10/24 a 04/2025)

Estratégia Nacional de Adaptação (ENA) e seus **Planos Setoriais e Temáticos** receberam **3.684** contribuições, das quais **27%** foram aproveitadas integralmente e **23%** parcialmente.

4ª e 5ª Etapa (04 a 08/2025)

Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) recebeu **780** contribuições, das quais **16,03%** foram aproveitadas integralmente e **10,64%** parcialmente. **Metas da ENM** receberam **118 contribuições** e os **Planos Setoriais de Mitigação** receberam **1.989 propostas**.



**3
WORKSHOPS
TEMÁTICOS**

**6 OFICINAS
SETORIAIS
CONJUNTAS**

**7 OFICINAS
PARTICIPATIVAS**

**12 REUNIÕES
ORDINÁRIAS DO
GT MITIGAÇÃO**

**19 MINISTÉRIOS
+ FBMC & REDE
CLIMA**

**5 WEBINÁRIOS
DE ORIENTAÇÃO**



**PLANO
CLIMA**
Mitigação

GT MITIGAÇÃO

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e atores da sociedade civil.





**5 OFICINAS
PREPARATÓRIAS**

**6 OFICINAS
SETORIAIS E
TEMÁTICAS**

**14 REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO GRUPO TÉCNICO DE
ADAPTAÇÃO**

**25 MINISTÉRIOS +
120 INSTITUIÇÕES**

**6 WEBINÁRIOS DE
ORIENTAÇÃO**

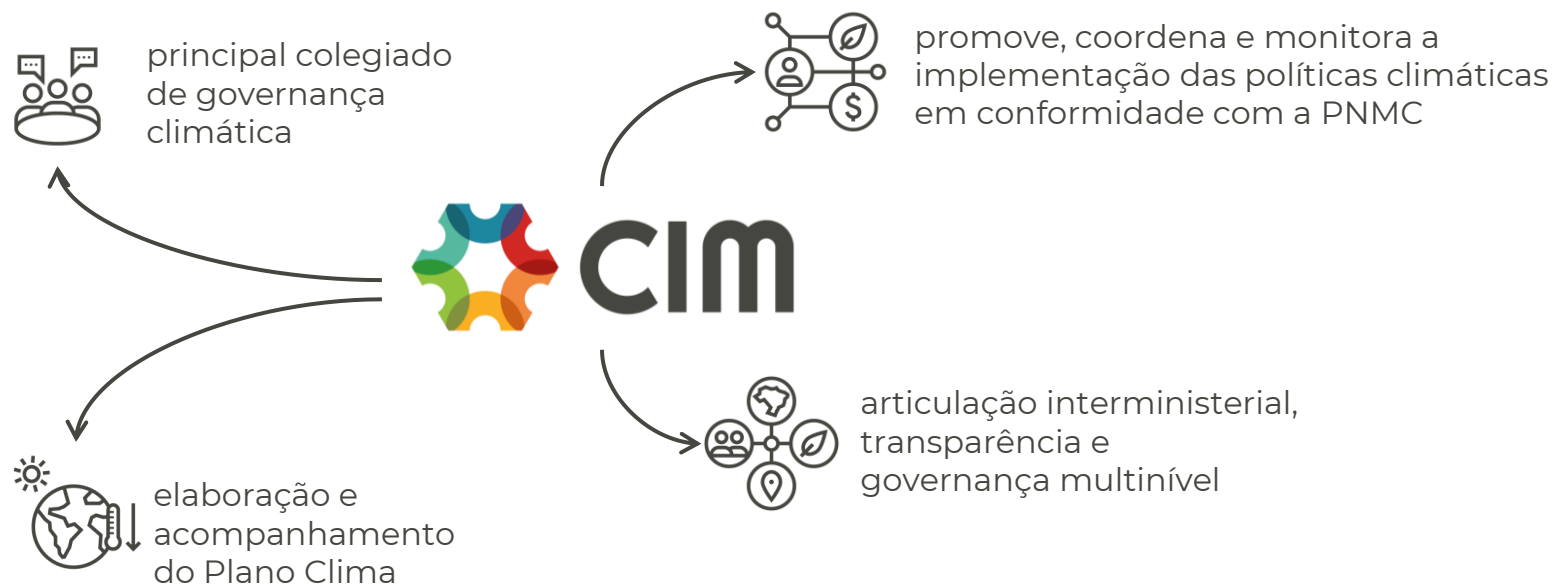


GT ADAPTAÇÃO

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e capacitação sobre riscos climáticos, Adaptação, AbE e justiça climática.



A governança do Plano Clima no âmbito do CIM



O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM é responsável por **coordenar e supervisionar a elaboração, aprovação, monitoramento e avaliação da implementação do Plano Clima.**

Para **fortalecer a governança do Plano Clima**, o CIM poderá criar novos **subcomitês permanentes** dedicados a assessorar o SUBEX no **acompanhamento da implementação, monitoramento, avaliação e atualização do Plano Clima.**

A governança do Plano Clima no âmbito do CIM

INSTÂNCIA
POLÍTICA

CIM

INSTÂNCIAS
CONSULTATIVAS

INSTÂNCIA
EXECUTIVA

**Subcomitê
Executivo
(SUBEX)**

**Subcomitê
para a COP30**

**Câmara de
Assessoramento
Científico
(CAC)**

INSTÂNCIAS
TÉCNICO-
EXECUTIVAS

**Subcomitê de
Adaptação***

**Subcomitê de
Monitoramento
e Avaliação***

**Subcomitê de
Mitigação***

**Câmara de
Articulação
Interfederativa
(CAI)**

INSTÂNCIAS
TÉCNICAS

**Grupos
Técnicos
(GTs)****

**Câmara de
Participação Social
(CPS)**

(**) A nova estrutura de governança do CIM foi validada pelo SUBEX e deverá ser submetida à aprovação pelo pleno de ministros do CIM. A criação de subcomitês permanentes dedicados aos temas de Adaptação, de Mitigação e de Monitoramento e Avaliação tem como principal objetivo aprimorar o acompanhamento da implementação do Plano Clima.

(**) GTs em funcionamento: GT SBCE, GT Capacitação, GT Monitoramento e Transparência, GT Meios de Implementação e GT Transição Justa.



**PLANO
CLIMA** |
Adaptação

Plano Clima Adaptação

Elementos e estrutura



Estratégia Nacional de Adaptação

Diretrizes Nacionais



1) Promoção do desenvolvimento sustentável nas suas múltiplas dimensões, considerando setores e temas estratégicos para o país, tendo em vista a redução de desigualdades, a equidade e a transição justa..



2) Promoção da justiça climática com base em suas dimensões de gênero, raça, etnia, idade, classe social, origem geográfica e demais fatores que influenciam a vulnerabilidade.



3) Promoção da proteção, conservação e preservação ambiental, orientadas pelos princípios da precaução e prevenção.



4) Governança multinível e transversal, tendo em vista a coerência, a sinergia e a complementaridade entre estratégias, considerando as especificidades territoriais.



5) Promoção da transparência e dos processos participativos com a sociedade, em todo o ciclo iterativo da adaptação.



6) Integração da adaptação em políticas, programas e projetos que possam ser afetados pela mudança do clima, contemplando iniciativas estruturantes e incluindo a perspectiva de longo prazo.



7) Fortalecimento de capacidades institucionais nos diferentes níveis governamentais, incluindo aquelas necessárias para o acesso a fontes de financiamento e meios de implementação para medidas de adaptação apropriadas a cada contexto.



8) Promoção de cobenefícios entre a adaptação e a mitigação das emissões de GEE.



9) Adoção do melhor conhecimento disponível, com base na ciência, nas boas práticas setoriais e da sociedade, no conhecimento tradicional e demais fontes consideradas apropriadas.



10) Integração de ações incrementais e transformacionais, baseada na compreensão de riscos relacionados ao clima e seus múltiplos fatores condicionantes, com diferentes horizontes temporais e escalas de execução.



11) Promoção da sensibilização e da conscientização pública sobre a mudança do clima, suas causas, consequências e abordagens para redução dos riscos.



12) Adoção da abordagem de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), reconhecendo seu potencial de redução de riscos climáticos e vulnerabilidades de forma sistêmica, flexível, socialmente justa e custo-efetiva, e benefícios para os esforços de mitigação, simultaneamente.



13) Garantia da flexibilidade e adaptabilidade das estratégias, com revisões do Plano e mudanças de contexto, a fim de incorporar atualizações de informações e conhecimentos gerados, assim como lições aprendidas.

Estratégia Nacional de Adaptação

Objetivos Nacionais



#1 Aumentar a **resiliência das populações, cidades, territórios e das infraestruturas** frente à emergência climática.



#2 Promover a **produção sustentável e resiliente** e o acesso regular a **alimentos** saudáveis, em qualidade e quantidade adequadas.



#3 Promover a **segurança hídrica, disponibilizando água em qualidade e quantidade suficientes para os usos múltiplos**, como abastecimento, produção, energia e ecossistemas.



#4 **Proteger, conservar, restaurar e fortalecer ecossistemas e a biodiversidade** e assegurar o provimento dos serviços ecossistêmicos.



#5 Promover, proteger e recuperar a **saúde e o bem-estar das populações**, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.



#6 Garantir a **segurança energética**, de forma sustentável e acessível.



#7 Promover o **desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades**.



#8 Proteger o **patrimônio cultural e preservar práticas culturais** e locais de patrimônio, frente aos riscos relacionados à mudança do clima.



#9 Fortalecer o papel vital do **oceano e da zona costeira** no enfrentamento da mudança do clima.

Estratégia Nacional de Adaptação

Metas Nacionais



#1

Até 2035, **garantir que todos os estados e ao menos 35% dos municípios brasileiros tenham Planos de Adaptação.**

#2

Até 2035, **atender com obras de prevenção de riscos de desastres pelo menos 4 milhões de pessoas** expostas ao risco de desastre geohidrológico.

#3

Até 2035, **ampliar em 180 mil hectares a cobertura vegetal em áreas urbanas**, priorizando os municípios sob maior risco climático.

#4

Até 2035, **reduzir para 7,5% o total de municípios com nível de segurança hídrica mínimo.**

#5

Até 2035, **garantir que 100% dos projetos para obras de infraestrutura a serem apoiados pelo Governo Federal considerem os riscos climáticos.**

#6

Até 2035, **reduzir em pelo menos 30% as interrupções operacionais** causadas por eventos climáticos **em infraestruturas federais de transportes.**

#7

Até 2030, **ampliar para 30% a extensão das Áreas Marinhas Protegidas**, com estratégias específicas para a mudança do clima nos planos de manejo.

#8

Até 2035, **conectar 30% do território nacional por meio de corredores ecológicos** entre áreas protegidas e outros Mecanismos Eficazes de Conservação Baseados em Área - OMECs, priorizando territórios sob maior risco climático e de refúgio climático.

#9

Até 2030, **ampliar a adoção de sistemas de produção agropecuária diversificados, sustentáveis e resilientes, em 72,68 milhões de hectares.**

#10

Até 2035, **erradicar a insegurança alimentar e nutricional grave.**

#11

Até 2035, **ter 100% das secretarias de saúde dos estados e dos municípios prioritários para emergência climática mobilizados para adaptação** do SUS à mudança do clima.

#12

Até 2035, **garantir que 100% do planejamento de expansão eletroenergética considere riscos climáticos.**

Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação



Contexto setorial / temático	Principais riscos e vulnerabilidades	Adaptação	Gestão do plano
A importância da adaptação para o setor/tema <ul style="list-style-type: none">• Por que precisamos adaptar?	Síntese dos riscos prioritários <ul style="list-style-type: none">• Como somos e seremos afetados?• Tendências climáticas e fatores de exposição e vulnerabilidade	Objetivos <ul style="list-style-type: none">• Onde queremos chegar?• Definição dos objetivos setoriais e temáticos que reduzem os riscos e se conectam com os objetivos nacionais	Elaboração do plano <ul style="list-style-type: none">• Como o plano foi desenvolvido?• Processos participativos
O arranjo institucional do setor/tema <ul style="list-style-type: none">• Como estamos organizados?	Descrição dos riscos prioritários <ul style="list-style-type: none">• O que sabemos sobre os riscos?	Metas e ações <ul style="list-style-type: none">• Marcos de alcance dos objetivos• Relação com o PPA, Adaptação Baseada em Ecossistemas, relações com outros setores e justiça climática	Gestão e implementação do plano: <ul style="list-style-type: none">• Responsabilidades• Monitoramento, avaliação e transparência
Instrumentos existentes <ul style="list-style-type: none">• Principais marcos legais, políticas, planos, programas e iniciativas existentes			Considerações finais <p>Aprendizados, boas práticas, lacunas, barreiras e recomendações</p>

Plano Setorial da Agricultura e Pecuária



Objetivos setoriais

1. Prover políticas públicas para aumentar a capacidade adaptativa da produção agropecuária à mudança do clima.
2. Adaptar os sistemas agropecuários e assegurar o desempenho produtivo, tornando-os resilientes e sustentáveis.
3. Promover a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos para adaptar os agroecossistemas à mudança do clima.

8 metas e 18 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Estimular a adoção e a manutenção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis, considerando a Abordagem Integrada da Paisagem na propriedade rural.

Converter e recuperar pastagens degradadas em florestas sustentáveis.



Estabelecer a rede de alerta climático para riscos agropecuários.

Apoiar os(as) produtores(as) rurais no cumprimento das legislações ambientais, com destaque para a recuperação da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente e na Reserva Legal.

Ampliar o aporte de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Plano Setorial da Agricultura Familiar



Objetivos setoriais

1. Ampliar o acesso à terra, infraestrutura e recursos produtivos para garantir a adaptação climática da agricultura familiar.
2. Fortalecer sistemas agroecológicos e a proteção da agrosociobiodiversidade, com acesso a crédito e mercados para resiliência climática.
3. Expandir o conhecimento, as inovações e as tecnologias para a adaptação climática de agricultores familiares e seus territórios.

87 metas e 96 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Garantir acesso à terra para famílias da reforma agrária, priorizando mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos vulneráveis, com práticas produtivas sustentáveis e agroecológicas.

Ampliar o acesso de agricultores e agricultoras familiares à assistência técnica e extensão rural de qualidade, adaptada à realidade local, integrando conhecimento científico e saberes tradicionais e formando continuamente técnicos(as) e agricultores(as) para a transição agroecológica.

Criar parâmetros técnicos para identificar e priorizar os territórios mais vulneráveis à mudança do clima, direcionando políticas e recursos de forma mais efetiva.

Apoiar a recuperação ambiental e produtiva com financiamento de Sistemas Agroflorestais e manejo sustentável do solo, beneficiando comunidades vulneráveis e promovendo a conservação ambiental.

Facilitar o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltado à adaptação climática para investimentos como irrigação com energia solar, infraestrutura hídrica, sistemas agroecológicos, tecnologias sustentáveis e produção resiliente.



Plano Temático de Biodiversidade



Objetivos temáticos

1. Assegurar ações de gestão urgentes para deter a extinção de espécies ameaçadas e declínios populacionais.
2. Assegurar ações de gestão para reduzir a perda de resiliência dos ecossistemas, mantendo e fortalecendo a provisão dos serviços ecossistêmicos associados.
3. Incrementar a conectividade da paisagem, para possibilitar a adaptação da biodiversidade à mudança do clima.

6 metas e 31 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Estabelecer Planos de Manejo Integrado do Fogo nas áreas de atuação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Instituir o Plano Nacional de Refaunação, priorizando espécies polinizadoras e dispersoras de sementes, em áreas-chave para adaptação da biodiversidade, priorizando áreas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar.

Restaurar 2 milhões de hectares de terras degradadas na Caatinga.

Implementar ações de conservação *ex situ* para espécies da flora ameaçadas de extinção, raras e endêmicas para a recuperação das populações e a inclusão em projetos de enriquecimento e de restauração de ecossistemas.



Promover a restauração de áreas importantes para a conectividade e áreas potenciais para refúgios climáticos, incluindo planos de recuperação para tais áreas.

Plano Setorial de Cidades



Objetivos setoriais

1. Aprimorar e difundir informações e fomentar pesquisa sobre adaptação das cidades à mudança do clima para subsídio à produção de cidades mais resilientes.
2. Aprimorar a gestão, a governança e o planejamento das cidades para a adaptação à mudança do clima.
3. Adaptar as infraestruturas e os serviços das cidades e nas comunidades à mudança do clima, por meio de soluções sustentáveis e resilientes, promovendo a justiça climática.

**8 metas e 61 ações específicas
organizadas em 19 ações
estratégicas**

Ampliar e integrar dados e informações sobre a mudança do clima nas cidades, assegurando que as distintas realidades territoriais sejam consideradas, do intraurbano ao supramunicipal, inclusive por meio da desagregação de dados sobre comunidades vulnerabilizadas.

Apoiar ações de prevenção a desastres climáticos, priorizando territórios vulnerabilizados, soluções baseadas na natureza e práticas locais, observando as especificidades de cada grupo social e o envolvimento comunitário.

Prover infraestrutura adequada às áreas de favelas e comunidades urbanas como forma de adaptação aos possíveis impactos da mudança do clima, garantindo o protagonismo social em todo o processo.

Atualizar os normativos estratégicos para incorporar medidas de adaptação à mudança do clima, garantindo a participação social e considerando a diversidade territorial e os cenários climáticos.



Incentivar o uso de soluções baseadas na natureza e adaptação baseada em ecossistemas, tecnologias sociais e outras soluções sustentáveis e inovadoras nos projetos de infraestrutura urbana, com envolvimento comunitário e priorizando territórios vulnerabilizados.

Plano Setorial de Energia



Objetivos setoriais

1. Garantir a oferta e o acesso de energia elétrica frente às ameaças climáticas, promovendo o combate à pobreza energética.
2. Assegurar a oferta de combustíveis, em especial os biocombustíveis e os combustíveis de baixa intensidade de carbono, frente às ameaças climáticas.
3. Implementar e fortalecer a resiliência da infraestrutura no setor de energia.

16 metas e 38 ações



PLANO CLIMA
Adaptação

Elaborar estudos para identificação de potenciais reservatórios de regularização que possuam benefícios para a segurança hídrica e para o atendimento aos usos múltiplos da água, inclusive para o setor elétrico, priorizando novos reservatórios para estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental.

Promover adequações regulatórias para inserção de sistemas de armazenamento, incluindo usinas reversíveis, no Sistema Interligado Nacional.

Realizar estudos sobre o aumento da resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos.

Promover e monitorar a integração das ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação para biocombustíveis.



Estabelecer índices mínimos de eficiência energética para máquinas, equipamentos e edificações consumidoras de energia.



Plano Temático de Igualdade Racial e Combate ao Racismo

Objetivos temáticos

1. Fomentar a produção de dados ambientais racializados para subsidiar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.
2. Combater e superar o Racismo Ambiental para a redução das desigualdades e promoção da justiça climática.
3. Efetivar os Direitos territoriais, ambientais, sociais, econômicos e culturais dos Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros, Ciganos e População Negra, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e aumentando a resiliência aos eventos climáticos extremos.

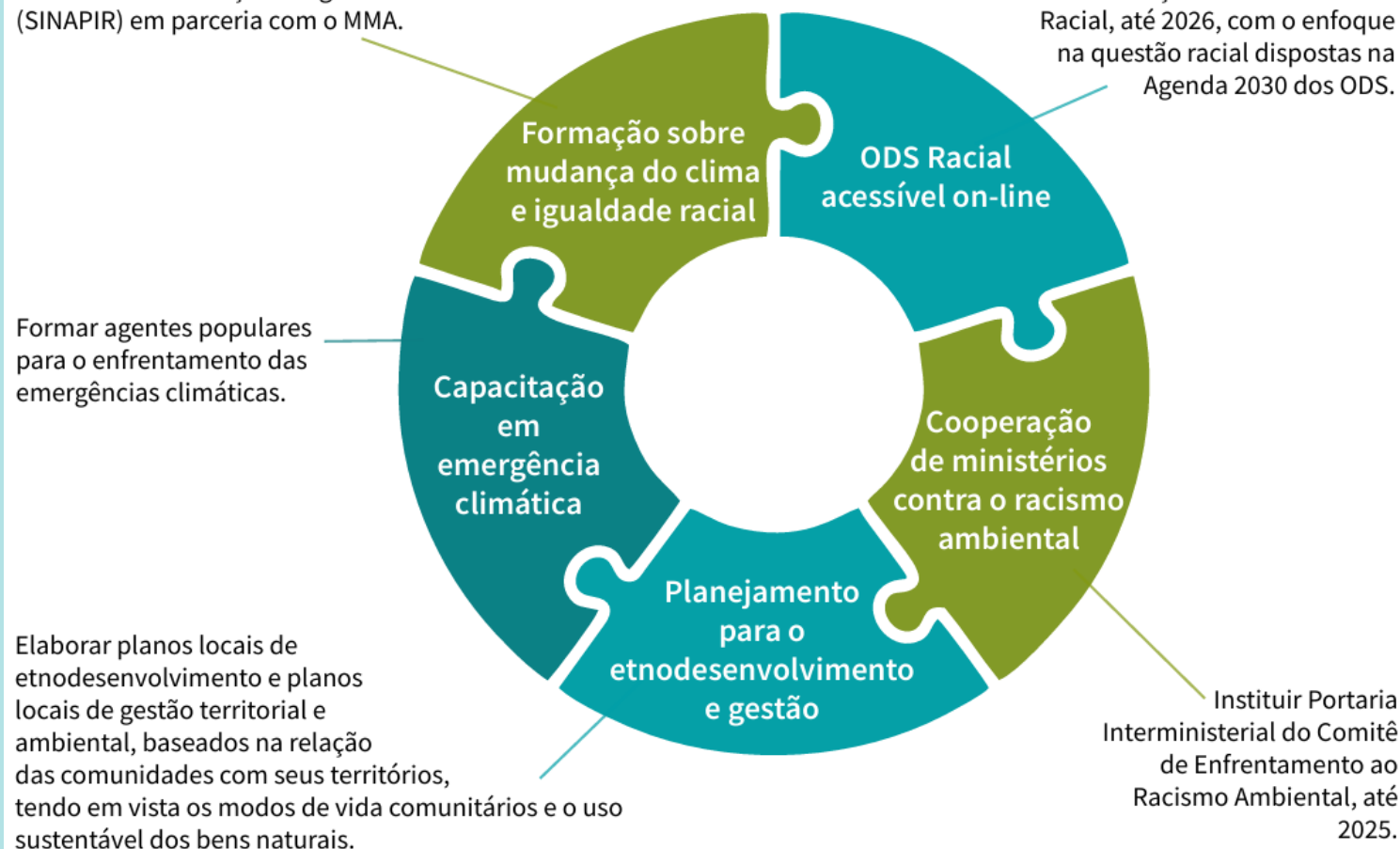
7 metas e 23 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Formar os gestores e conselheiros do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) em parceria com o MMA.

Desenvolver uma plataforma web de visualização de dados de ODS Racial, até 2026, com o enfoque na questão racial dispostas na Agenda 2030 dos ODS.





Plano Setorial de Indústria e Mineração

Objetivos setoriais

1. Promover a implementação de ações preventivas e resilientes no setor industrial brasileiro para fortalecer a capacidade adaptativa das infraestruturas industriais, das atividades produtivas e das comunidades em seus entornos, contemplando também a substituição progressiva de insumos e processos industriais de alta emissão por soluções de baixo carbono, como o hidrogênio verde.
2. Garantir o fluxo de fornecimento de insumos, energia, água e matérias-primas, em quantidade e qualidade, à indústria nacional, estimulando a diversificação, uso eficiente e a priorização de cadeias de suprimento nacionais.
3. Reduzir os riscos associados as condições de trabalho do setor industrial e aumentar a segurança do ambiente de trabalho.

7 metas e 23 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Realizar estudos e análises sobre os impactos, riscos e as vulnerabilidades climáticas de cada subsetor industrial sob a perspectiva territorial, incluindo o risco sobre as comunidades do entorno.

Investir em tecnologias avançadas de monitoramento de eventos climáticos extremos e de mortes e doenças decorrentes desses eventos, especificamente em relação àqueles em que a indústria e a mineração estão mais expostas.

Fomentar pesquisas sobre a saúde e segurança no trabalho da indústria e mineração e sua interface com a mudança do clima e eventos climáticos extremos, priorizando grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente pessoas negras, indígenas e mulheres.

Fomentar e promover incentivos fiscais e financeiros para a produção e adoção de bens de capital que aumentem a resiliência da indústria nacional, incluindo estratégias conjuntas de adaptação entre o setor público e privado.



Desenvolver Programas de Pesquisa e Desenvolvimento sobre eficiência energética, armazenamento e energias renováveis para uso industrial, garantindo a presença de mulheres em posições de liderança na condução das pesquisas.

Plano Temático de Oceano e Zona Costeira



Objetivos temáticos

1. Ampliar a proteção de ecossistemas costeiros e marinhos para garantir a conservação da sua biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados.
2. Garantir os modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais na Zona Costeira e Marinha frente à mudança do clima.
3. Fortalecer a resiliência da Zona Costeira frente aos eventos extremos e à mudança do clima, em conexão com as bacias hidrográficas.
4. Fortalecer a implementação dos instrumentos de gestão ambiental e territorial que orientam as atividades econômicas ligadas ao oceano e às zonas costeiras, considerando a lente climática.

20 metas e 23 ações



Criar e ampliar Unidades de Conservação costeiras e marinhas e reconhecer mosaicos de áreas protegidas, garantindo 30% de extensão de áreas marinhas protegidas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) até 2030.

Elaborar o Planejamento Espacial Marinho (PEM) para todo território marinho do Brasil até 2030.

Implementar o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil (ProManguezal) até 2030.

Implementar a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral (ProCoral) até 2030.



Analisar a vulnerabilidade dos municípios costeiros à erosão, inundação, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos, levando em consideração as bacias hidrográficas, publicando a lista daqueles mais vulneráveis até 2026.



Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivos temáticos

1. Garantir as condições de permanência dos Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios tradicionalmente ocupados, resguardando os meios de reprodução dos seus modos de vida, com atenção especial para diversidade de gênero.
2. Garantir acesso à saúde de forma preventiva e emergencial aos Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios.
3. Garantir a autonomia econômica e a segurança hídrica e alimentar dos Povos e Comunidades Tradicionais frente aos impactos dos eventos climáticos extremos, com atenção especial para diversidade de gênero.

9 metas e 40 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Implementar tecnologias sociais adaptativas à mudança do clima para povos e comunidades tradicionais.

**Tecnologias
sociais em
adaptação**

Realizar a regularização fundiária de 2.000 novos territórios e maretórios de povos e comunidades tradicionais.

**Direito ao
território e
maretório**

Implementar projetos de adaptação à mudança do clima voltados para a sociobioeconomia, tais como economia comunitária, etnodesenvolvimento, turismo de base comunitária, sistemas agroflorestais, planos de manejo florestal comunitário, banco de sementes, pesca artesanal, agricultura familiar adaptativa, infraestrutura adaptativa, proteção ambiental etc.

**Sociobioeconomia
adaptada à
mudança do clima**

**Proteção e
auxílio para
comunidades
afetadas**

Estruturar mecanismos de auxílio emergencial e instrumentos de proteção social para comunidades que tiveram seus meios tradicionais de existência comprometidos por eventos climáticos extremos, incluindo cestas básicas, auxílio financeiro e atenção primária à saúde.

**Fundo
dirigido para
PCTs**

Criar um fundo de adaptação para enfrentamento de emergências climáticas específicas para povos e comunidades tradicionais, incluindo a diversidade de gênero.

Plano Temático de Povos Indígenas



Objetivos temáticos

1. Fortalecer o bem-viver indígena e a saúde coletiva dos povos.
2. Aprimorar a resiliência e a segurança hídrica, alimentar e nutricional.
3. Proteger o patrimônio territorial, cultural e os modos de vida tradicionais.
4. Aumentar a resiliência da infraestrutura e dos serviços essenciais.

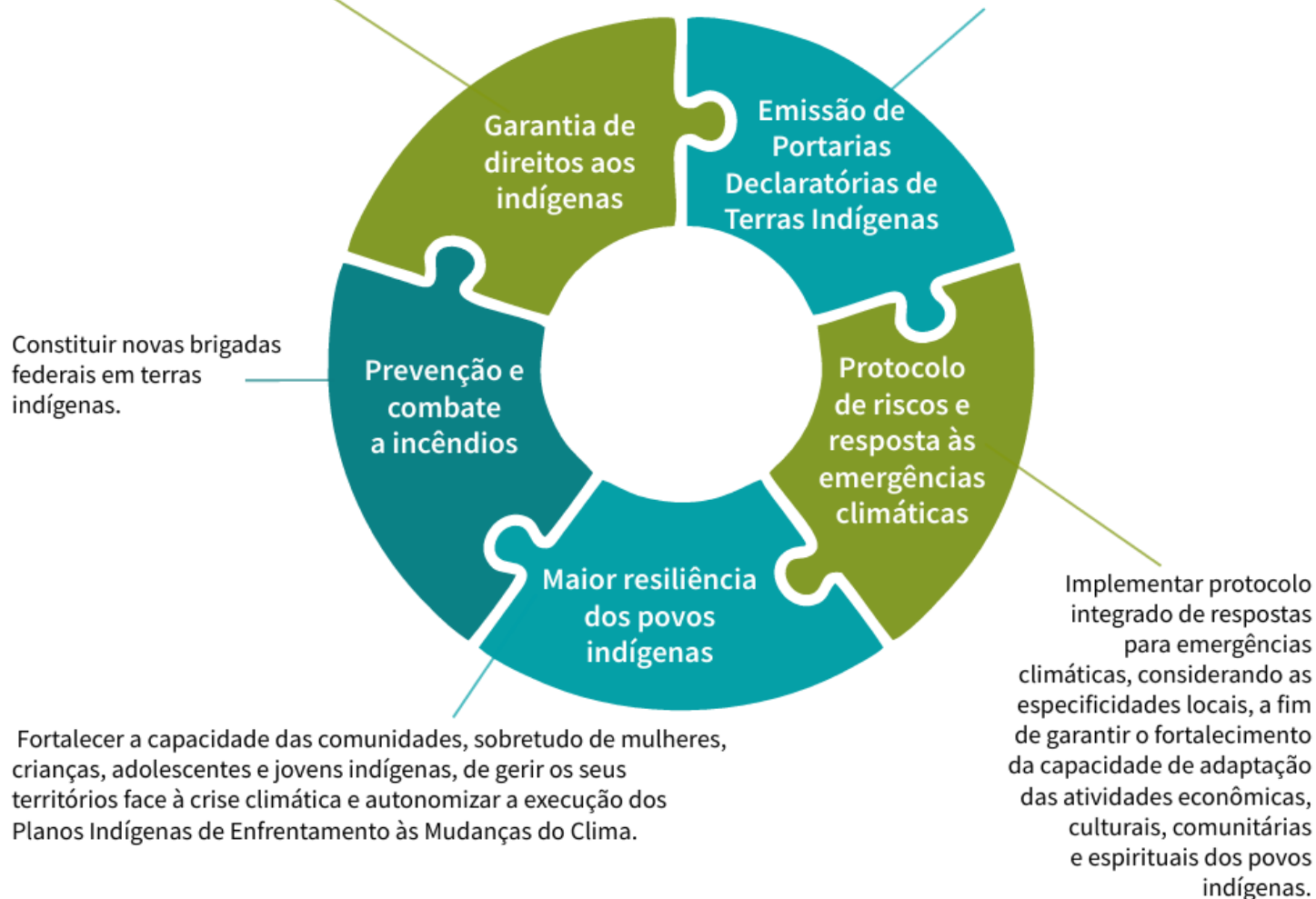
17 metas e 67 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Concluir e aprovar 40 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de territórios indígenas.

Emitir 21 portarias declaratórias de Terras Indígenas, sob responsabilidade da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Plano Temático de Recursos Hídricos



Objetivos temáticos

1. Tornar o SINGREH e os setores usuários mais preparados para a mudança do clima, com vistas a promoção da justiça climática e à igualdade de gênero.
2. Aprimorar informações, monitoramento e ferramentas de avaliação para a gestão hídrica.
3. Ampliar a segurança hídrica por meio da revitalização de bacias hidrográficas e do acesso a água em quantidade e qualidade.

6 metas e 43 ações



Inserir a dimensão da mudança do clima na implementação e atualização da metodologia da cobrança da água em bacias hidrográficas críticas com vistas a expandir o instrumento e ampliar o uso dos recursos em ações de adaptação.

Recuperar Áreas de Preservação Permanente e áreas úmidas e promover a conservação dos solos das áreas adjacentes considerando áreas prioritárias para proteção de mananciais utilizados para o abastecimento público e área de recarga de aquífero.

Ampliar a rede de monitoramento de aquíferos em bacias hidrográficas prioritárias do ponto de vista de demanda, criticidade e vulnerabilidade ambiental.

Avaliar os processos de outorga, alocação negociada de água e outros mecanismos a partir de cenários de mudança do clima, estabelecendo medidas para prioridades e restrições aos grandes volumes outorgados nas bacias críticas.



Fomentar tecnologias sociais de conservação de água em microbacias, a exemplo das Barragens de Base Zero, a partir de linhas de financiamento, implementação das tecnologias, parcerias locais, manuais, capacitações, entre outras.

Desenvolver e implementar pelo menos dois programas de aprendizado e comunicação estratégica, notadamente junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica, voltada a gestão de conflitos pelo uso da água em situações de enchentes e secas.



Plano Setorial de Redução e Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivos setoriais

1. Reduzir os riscos de desastres, considerando as tipologias e áreas prioritárias no país, por meio da promoção de ações não estruturantes (medidas e instrumentos) e estruturantes (obras e estruturas) de prevenção, mitigação e preparação, no contexto da mudança do clima.
2. Reduzir os danos e prejuízos por desastres, considerando as tipologias e áreas prioritárias no país, por meio da promoção de ações não estruturantes (medidas e instrumentos) e estruturantes (obras e estruturas) de resposta e de recuperação, no contexto da mudança do clima.
3. Fortalecer a governança e as capacidades institucionais e sociais para promover ações articuladas e integradas com os setores, os órgãos e as entidades envolvidos na redução e gestão de riscos e desastres.

10 metas e 89 ações

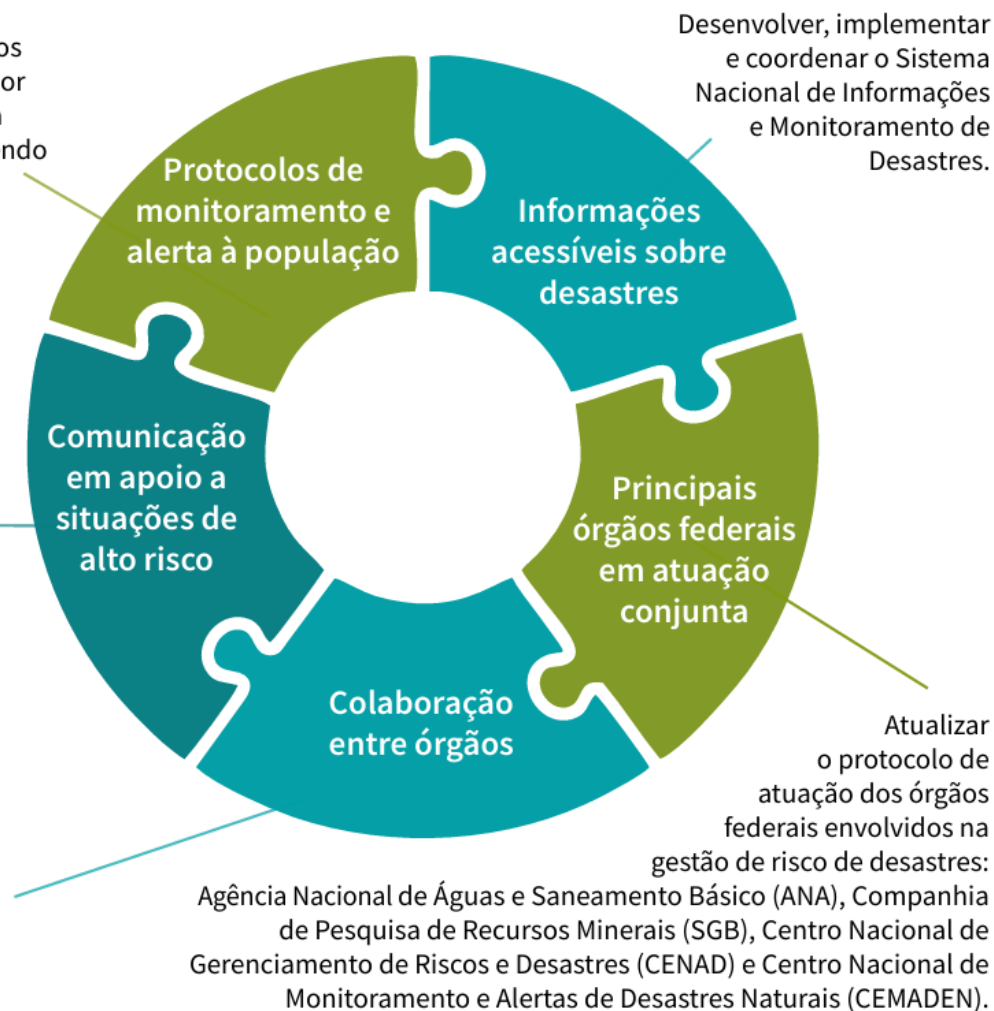


**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Elaborar e atualizar protocolos conjuntos de monitoramento e envio de alertas, por tipologia ou grupo de riscos, de modo a unificar esses procedimentos, promovendo o alcance a toda a população em risco, considerando as mais vulneráveis.

Elaborar protocolo que envolva as instituições do Sistema Federal sobre a comunicação de situações de muito alto risco de desastres.

Elaborar protocolo de atuação conjunta de resposta dos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil o qual organiza o enfrentamento a desastres em todo território brasileiro.



Plano Setorial de Saúde



Objetivos setoriais

1. Aperfeiçoar a capacidade de Vigilância em Saúde, incluindo a vigilância popular em saúde, para o monitoramento, a avaliação, o alerta precoce e a intervenção, visando à redução da morbidade e mortalidade relacionada à mudança do clima.
2. Aprimorar a capacidade de Atenção à Saúde para garantir o atendimento dos serviços de saúde, incluindo a preparação de infraestruturas e equipes resilientes para lidar com os efeitos negativos da mudança do clima.
3. Ampliar estratégias de Promoção e Educação em Saúde para aumentar a conscientização sobre os impactos da mudança do clima e reduzir seus efeitos negativos.
4. Reforçar a adoção de estratégias de Ciência, Tecnologia, Inovação e Produção para adaptação do SUS à mudança do clima.

27 metas e 93 ações



PLANO CLIMA
Adaptação

Assegurar a resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS) frente aos eventos climáticos extremos até 2031 em 100% dos territórios mais vulneráveis à mudança do clima.

Apoiar 100% dos municípios prioritários para ampliar suas capacidades de preparação, vigilância e resposta as emergências em saúde pública por desastres.

Aprimorar a capacidade e promover treinamentos em comunicação de risco sobre os impactos da mudança do clima em 100% das secretarias de saúde e Distritos Sanitários Especiais Indígenas dos estados e municípios prioritários para emergência climática até 2035.



Publicar diretrizes nacionais para orientar a organização da Rede de Atenção à Saúde frente à mudança do clima até 2027, incluindo a Rede de Urgência e Emergência, o Programa Melhor em Casa, dentre outros.

Gerar estimativas sobre o custo da ausência de medidas de adaptação para o SUS e estimativas sobre o impacto de medidas de adaptação até 2035.

Articular a pactuação setorial e interfederativa para avaliar impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas no SUS com a inclusão de indicadores climáticos nas políticas e nos instrumentos de avaliação da qualidade dos serviços da rede de atenção, além da classificação de risco a eventos climáticos extremos e certificação de boas-práticas da rede de atenção.



Plano Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos setoriais

1. Fortalecer a rede de proteção social nas comunidades urbanas e rurais mais sensíveis aos impactos negativos das intempéries climáticas, ampliando a capacidade de resiliência das famílias vulnerabilizadas.
2. Ampliar a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis em territórios mais expostos à mudança do clima.
3. Fortalecer a rede de equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional nos territórios mais expostos a eventos climáticos extremos.
4. Promover o acesso à água para consumo humano e animal e produção de alimentos para populações mais vulneráveis e localizadas em territórios mais expostos aos efeitos da mudança do clima.
5. Apoiar o desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis por meio da promoção e disseminação do conhecimento técnico e científico e de sua apropriação pelos setores mais vulnerabilizados pela mudança do clima.

34 metas e 60 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Aprimorar os mecanismos de concessão e entrega de benefícios eventuais nos municípios às populações afetadas por situação de calamidades públicas e emergências.

Apoiar municípios prioritários na elaboração de ações de segurança alimentar e nutricional a serem incluídas nos planos de ação de adaptação climática locais.

Ampliar o atendimento do Programa Fomento Rural em consonância com os planos estaduais de adaptação.

Implementar tecnologias sociais e outros sistemas eficientes de captação e armazenamento de água ou irrigação de baixo consumo para a produção de alimentos.



Implementar tecnologias sociais e outros sistemas individuais e coletivos eficientes de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo.

Plano Setorial de Transportes



Objetivos setoriais

1. Promover a resiliência climática das infraestruturas e operações da Aviação Civil, por meio da modernização tecnológica, fortalecimento da capacidade de fiscalização ambiental e prevenção de incêndios florestais, e implantação de sistemas avançados de vigilância e previsão meteorológica, com foco na segurança, bem-estar humano e justiça climática.
2. Promover a resiliência climática do setor portuário e aquaviário por meio do aprimoramento da gestão de riscos, da ampliação das capacidades de prevenção e resposta a desastres e da adaptação à mudança do clima, incluindo a implementação de sistemas de previsão de eventos extremos, inovação tecnológica, emissão de alertas, e uma maior eficiência logística a partir da integração com os demais modais de transporte (aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem).
3. Garantir a sustentabilidade e a resiliência da infraestrutura e operação de transporte rodoviário, por meio da implementação de medidas de adaptação climática e da realização de intervenções em áreas de risco.
4. Aumentar a resiliência do setor ferroviário por meio da implementação de medidas estruturais, aprimoramento do arcabouço legal e ampliação das capacidades do setor de prevenção, gestão de riscos e adaptação à mudança do clima, garantindo a operação, proteção da infraestrutura e da faixa de domínio frente aos riscos climáticos.



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

33 metas e 58 ações

Promover e coordenar ações para reativar ou manter serviços aéreos para localidades prejudicadas por eventos climáticos severos, com participação social na gestão da crise por grupos vulnerabilizados locais.

Serviço aéreo disponível para localidades atingidas

Execução de obras rodoviárias resilientes

Prover os recursos financeiros necessários e garantir a disponibilidade de um corpo técnico capacitado para a implementação das medidas de adaptação nas áreas de risco.

Publicar portaria com o normativo que promova destinação de recursos para infraestrutura resiliente.

Infraestrutura ferroviária resiliente

Medidas de adaptação para portos

Implementar medidas de caráter estrutural ou infraestrutural para redução do risco climático e adaptação dos portos.

Restabelecer infraestruturas hidroviárias prejudicadas por eventos climáticos extremos em tempo razoável após a estabilização de uso do território, durante todo o prazo do Plano.

Celeridade no restabelecimento de infraestruturas hidroviárias

Plano Setorial de Turismo



Objetivos setoriais

1. Promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência dos destinos turísticos, por meio da implementação de práticas de adaptação climática que fortaleçam o ecossistema local e estimulem a sensibilização ambiental, bem como a conservação e a preservação dos ambientes, gerando benefícios para turistas e comunidades locais.
2. Promover a resiliência climática e a segurança em destinos turísticos brasileiros, por meio de soluções integradas de adaptação, visando a um turismo sustentável e seguro frente aos desafios climáticos.
3. Valorizar e contribuir para a proteção dos modos de vida, conhecimentos tradicionais e culturas das comunidades turísticas dependentes ou vinculadas ao patrimônio natural e cultural, com enfoque na promoção da justiça climática.

17 metas e 47 ações

Elaborar protocolo de resposta a crises para ampliar os planos de contingência, com ações específicas ao setor de turismo, na proteção e remoção de profissionais e turistas, em desastres causados por eventos climáticos extremos.

Implementar programa nacional de turismo de base comunitária, focado na valorização e conservação dos modos de vida e cultura de povos e comunidades tradicionais.

Implementar programa nacional para financiamento de infraestruturas resilientes, focado na Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), em regiões turísticas vulneráveis a eventos climáticos extremos.

Implementar programa nacional de adaptação climática da infraestrutura de patrimônios culturais e naturais reconhecidos em destinos turísticos, em cooperação com o Ministério da Cultura (MinC).



Disponibilizar linha de crédito específica do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para financiamento da sustentabilidade e de ações climáticas de prestadores de serviços turísticos.



**PLANO
CLIMA** |
Mitigação

Plano Clima Mitigação

Elementos e estrutura



Estratégia Nacional de Mitigação

Diretrizes Nacionais



1) Alinhamento dos compromissos climáticos nacionais com a NDC brasileira e demais acordos internacionais, visando emissões líquidas zero até 2050.



2) Ação climática baseada em evidências científicas.



3) Abordagem integrada intersetorial.



4) Transição justa e inclusiva.



5) Articulação de ações incrementais e transformacionais.



6) Desenvolvimento, expansão, aperfeiçoamento e articulação de meios de implementação.



7) Participação social ampla na formulação, implementação, monitoramento, e avaliação da ENM.



8) Integração das transições climática e digital para visão do futuro.



9) Integração com a Estratégia Nacional de Adaptação.



10) Articulação dos Planos Setoriais de Mitigação com outras políticas públicas.

Estratégia Nacional de Mitigação

Objetivos Nacionais



#1 Garantir a **integridade dos biomas nacionais** por meio da conservação, restauração e uso sustentável dos seus ecossistemas.



#2 Fomentar a ampla adoção de **modelos de produção agrícola e pecuária sustentáveis e de baixa emissão de GEE**, garantindo a segurança alimentar de todos.



#3 Expandir a **produção sustentável de biocombustíveis, promover a inovação tecnológica e desenvolver cadeias de valor** relacionadas à bioenergia.



#4 Ampliar a participação das **tecnologias e fontes limpas e renováveis na matriz energética nacional**, garantindo a segurança e acessibilidade energética de todos.



#5 Incentivar a **substituição de combustíveis fósseis**, promovendo o desenvolvimento e uso eficiente de biocombustíveis sustentáveis e soluções de eletrificação.



#6 Promover a **circularidade** por meio do uso sustentável e eficiente de recursos naturais ao longo das cadeias produtivas.



#7 Alavancar **soluções inovadoras e de baixo carbono na produção industrial nacional** e desenvolver tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono na produção industrial, bioenergética e nos setores de produção de combustíveis fósseis.



#8 Capacitar e incentivar entes subnacionais a adotarem um **desenvolvimento urbano integrado e sustentável**, bem como estratégias de enfrentamento à mudança do clima.



#9 Gerar **empregos, renda e inclusão produtiva** em atividades econômicas relacionadas à descarbonização da economia e ao desenvolvimento sustentável, promovendo uma transição socioeconômica justa, inclusiva e sustentável.



#10 Transformar as vantagens comparativas brasileiras em **vantagens competitivas**, tornando o país um provedor de bens, serviços e soluções climáticas para um mundo em transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono.



#11 Empreender ações específicas para **mitigação de poluentes não-CO2** de alto impacto no aquecimento global.



#12 Priorizar medidas de mitigação com potencial de **geração de cobenefícios para adaptação e resiliência** à mudança do clima e para o desenvolvimento sustentável.

Estratégia Nacional de Mitigação

Metas Nacionais e Setoriais



Meta	Horizonte	Abrangência
Limitar emissões líquidas nacionais de GEE em 2025 a 1,32 Gt CO ₂ e	2025	Todos os setores e GEE
Limitar emissões líquidas nacionais de GEE em 2030 a 1,2 Gt CO ₂ e	2030	Todos os setores e GEE
Limitar emissões líquidas nacionais de GEE em 2035 à banda entre 0,85 e 1,05 Gt CO ₂ e	2035	Todos os setores e GEE
Zerar emissões líquidas de GEE	2050	Todos os setores e GEE

Plano setorial	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	Meta 2035 (MtCO ₂ e)		Variação 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos	448	-181	-140%	-250	-248	-156%	-155%
Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas	352	106	-70%	-34	-30	-110%	-109%
Agricultura e Pecuária	643	649	1%	599	653	-7%	2%
Indústria	179	198	11%	203	240	13%	34%
Energia	80	106	33%	81	115	1%	44%
Transportes	116	126	9%	107	134	-8%	16%
Cidades	136	121	-11%	75	111	-45%	-18%
Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos	85	75	-12%	69	75	-19%	-12%
Total	2.039	1.200	- 41%	850	1050	- 58%	- 49%

METAS NACIONAIS

desagregadas em

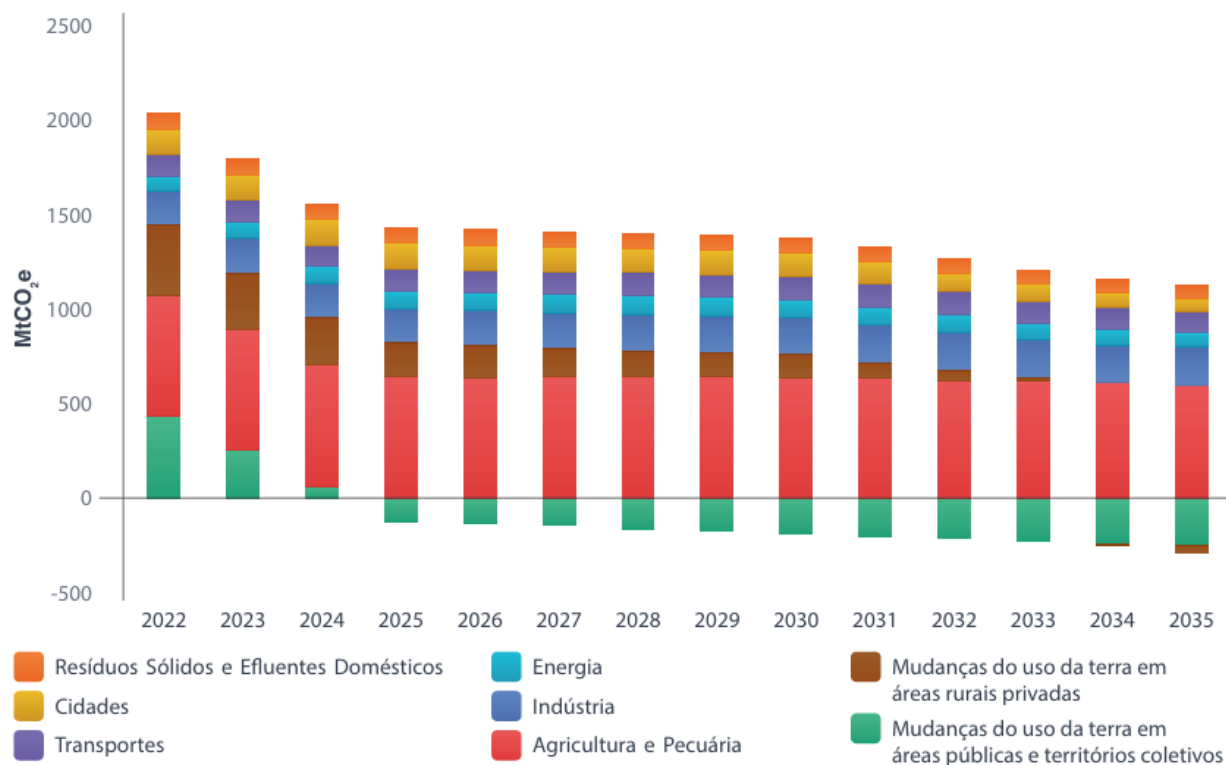
METAS SETORIAIS PARA 2030 E 2035 POR PSM

Estratégia Nacional de Mitigação

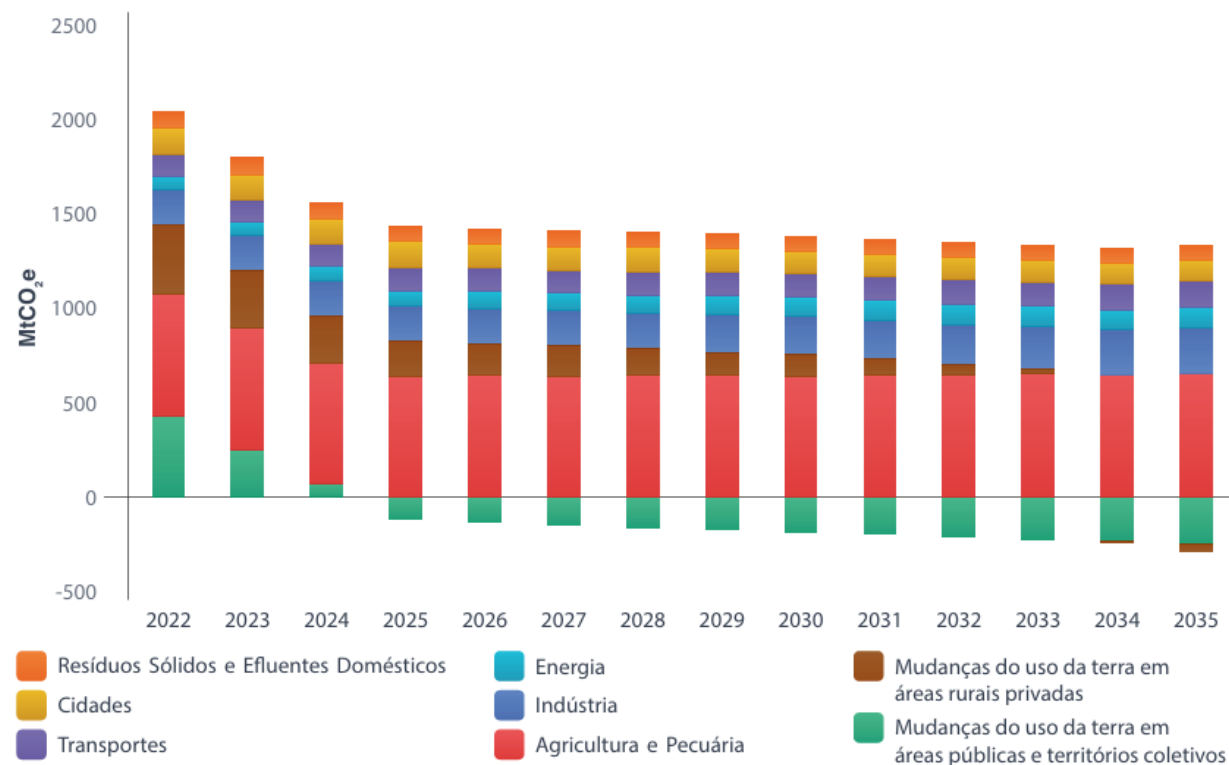
Metas Nacionais e Setoriais



Trajetória de emissões líquidas em Mt CO₂ e (GWP-100, AR5) por Planos Setoriais até 2035 (banda inferior - 0,85 GtCO₂ e).



Trajetória de emissões líquidas em Mt CO₂ e (GWP-100, AR5) por Planos Setoriais até 2035 (banda superior - 1,05 GtCO₂ e)

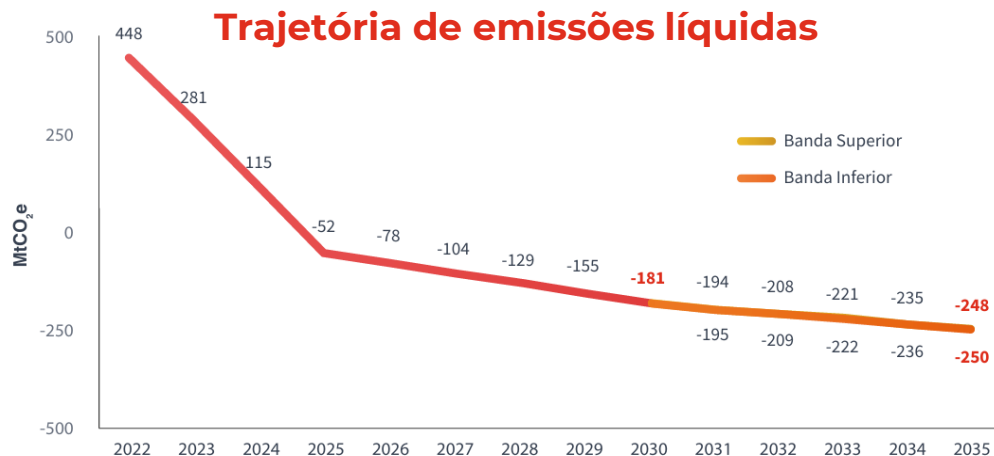


Plano Setorial de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos



Desagregação das Metas Setoriais

MUDANÇAS DO USO DA TERRA EM ÁREAS PÚBLICAS E TERRITÓRIOS COLETIVOS	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Supressão de vegetação nativa e conversão de uso e cobertura da terra	710	107	- 85%	46	48	- 94%	- 93%
Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos da reforma agrária	294	107	- 85%	46	48	- 94%	- 93%
Glebas públicas - áreas públicas não destinadas	143						
Vazios de informação	273						
Manutenção da vegetação primária e recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens e florestas comerciais ³	- 262	- 288	- 10%	- 296	- 296	- 13%	- 13%
Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos da Reforma Agrária	- 233	- 288	- 10%	- 296	- 296	- 13%	- 13%
Glebas públicas - áreas públicas não destinadas	- 6						
Vazios de informação	- 23						
Total	448	- 181	- 140%	- 250	- 248	- 156%	- 155%



9 ações impactantes e 35 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:

Zerar a taxa de desmatamento em áreas públicas de todos os biomas brasileiros até 2030

3,33 milhões de hectares de vegetação nativa em recuperação em terras públicas e territórios coletivos até 2030

21 milhões de ha até 2027 e 19 milhões de ha até 2035



4,5 milhões de hectares de territórios indígenas delimitados até 2027

4,3 milhões de hectares de unidades de conservação criadas entre 2023 e 2027

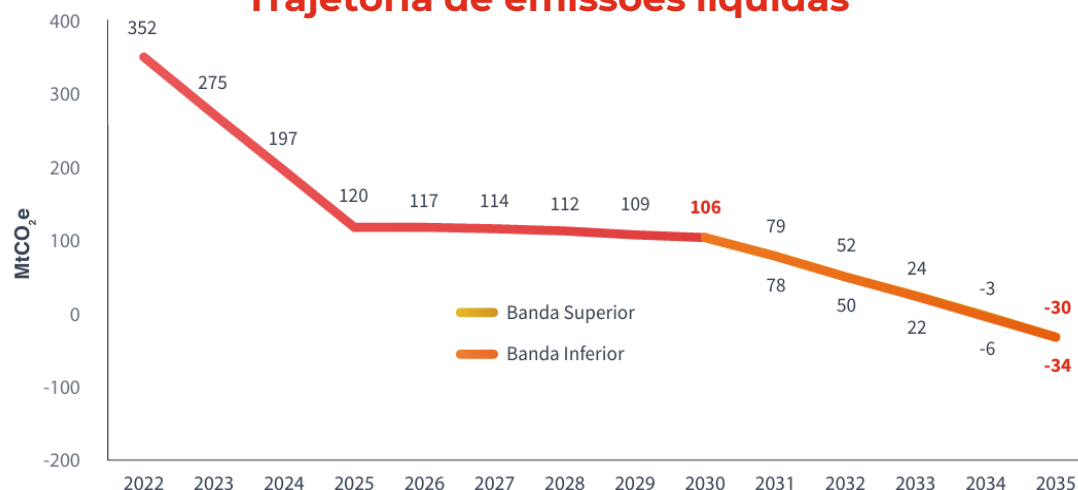
Plano Setorial de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas



Desagregação das Metas Setoriais

MUDANÇA DO USO DA TERRA EM ÁREAS RURAIS PRIVADAS	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Supressão de vegetação nativa e conversão de uso e cobertura da terra	459	326	- 29%	201	205	- 56%	- 55%
Manutenção da vegetação primária, recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens, florestas comerciais e produtos florestais madeireiros ⁴	- 107	- 220	- 106%	- 235	- 235	- 119%	- 119%
Total	352	106	- 70%	- 34	- 30	- 110%	- 109%

Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 19 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:

Zerar a taxa de supressão de vegetação nativa não autorizada em áreas rurais privadas

Reduzir a taxa de supressão de vegetação nativa autorizada em 50% em 2030 e 75% até 2035 em relação a 2022



12,5 milhões de hectares em recuperação até 2035

Aumentar em 4,25 milhões de hectares a área de florestas plantadas até 2035

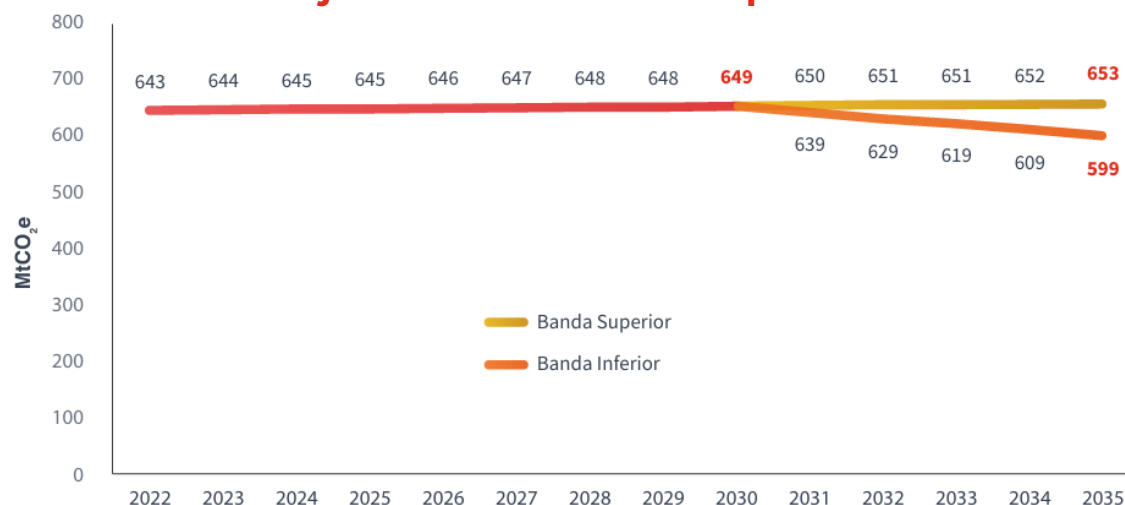
Reduzir área incendiada de vegetação nativa em áreas rurais privadas em 50% até 2030 e 75% até 2035 em relação à média histórica

Plano Setorial de Agricultura e Pecuária

Desagregação das Metas Setoriais

AGRICULTURA E PECUÁRIA	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Fermentação Entérica	404						
Manejo Dejetos Animais	29						
Cultivo de arroz	12	628	1%	582	634	- 6%	2%
Solos manejados	145						
Calagem	27						
Aplicação de ureia	5						
Queima de combustíveis	21	21	0%	17	19	- 19%	- 10%
Total	643	649	1%	599	653	- 7%	2%

Trajetória de emissões líquidas



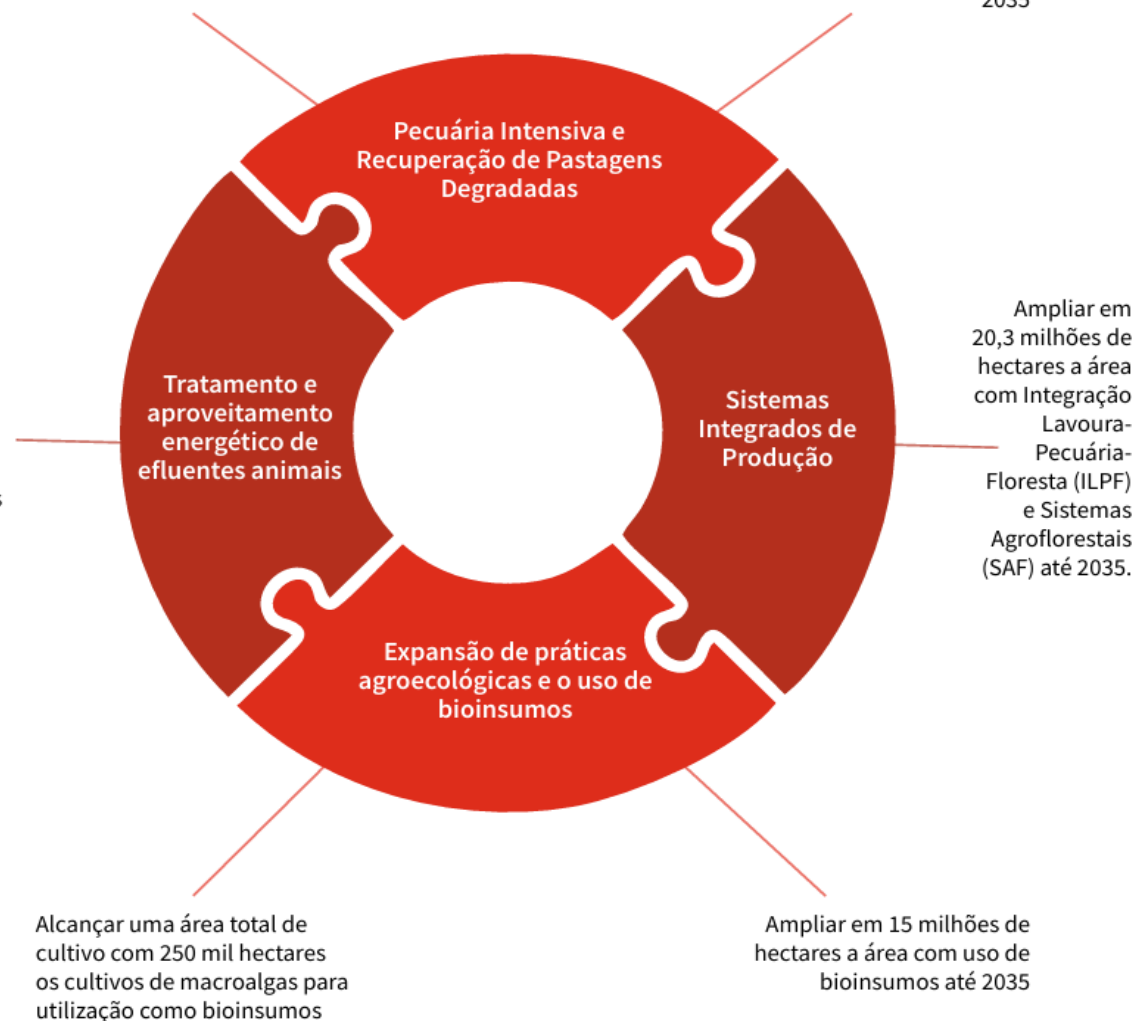
16 ações impactantes e 26 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:

Aumentar em 30 milhões de hectares a área de pastagens recuperadas até 2035

bovinos abatidos/ano com até 36 meses (em unidades) até 2035

Ampliar o tratamento de dejetos animais em 228 milhões de m3



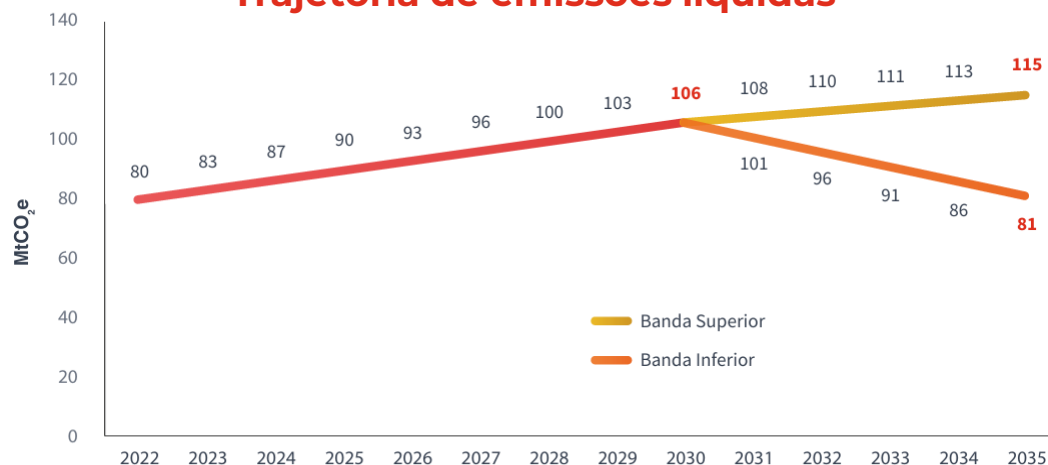
Plano Setorial de Energia



Desagregação das Metas Setoriais

ENERGIA Produção de energia	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Produção de eletricidade e calor	24						
Refino de petróleo	13						
Produção de combustíveis sólidos e outras indústrias de energia	18	106	33%	108	123	35%	54%
Gasodutos	2						
Emissões fugitivas (mineração/manejo de carvão)	2						
Emissões fugitivas (petróleo e gás natural)	21						
Remoções	0	0	0%	- 27	- 8		
Total	80	106	33%	81	115	1%	44%

Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 17 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:



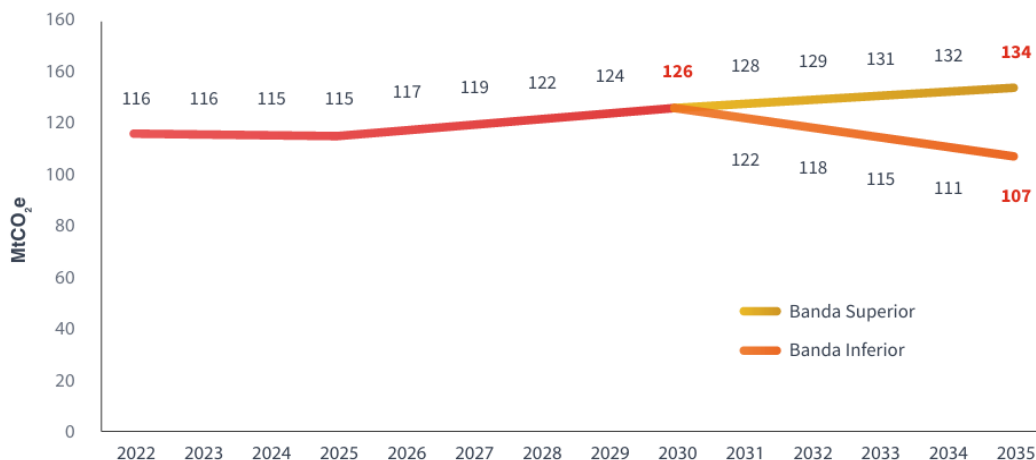
Plano Setorial de Transportes



Desagregação das Metas Setoriais

TRANSPORTES	Total em 2022 (MtCO ₂ e)		Meta 2030 (MtCO ₂ e)		Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)			
						Inferior	Superior	Inferior	Superior		
Caminhões médios	12		9			6		8			
Caminhões semipesados	32	89	32	88	- 1%	25	73	30	89	- 18%	0%
Caminhões pesados	45		47			42		51			
Ônibus rodoviário	11		16		44%	9	16	- 15%		43%	
Transporte ferroviário	3		4		37%	4	5	37%		60%	
Navegação doméstica	4		4		8%	4	5	- 3%		23%	
Aviação doméstica	9		14		56%	17	19	89%		111%	
Total	116		126		9%	107	134	- 8%		16%	

Trajetória de emissões líquidas



8 ações impactantes e 17 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:

Migrar o volume de carga rodoviária para a ferroviária em 31,5 bi TKU em 2030 e 38 bi TKU em 2035.

Aumentos percentuais de uso de combustíveis de baixa emissão na navegação doméstica para 6% em 2030 e 28% em 2035

Aumentos percentuais de uso de SAF em voos domésticos para 3% em 2030, 8% em 2035

20% de adição de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final até 2030 e 25% até 2035.

Aumentos percentuais de uso de Diesel Verde no setor para 2% até 2030 e 3% até 2035

Aumentar a participação do modo aquaviário na matriz de transporte de carga para 15% em 2030 e 18% em 2035

Aumentos percentuais de veículos médios e pesados elétricos no setor para 6% e 11% em 2035

Aumentar o ICS médio em 10% e em 5% o IDPAV, em comparação a 2024.

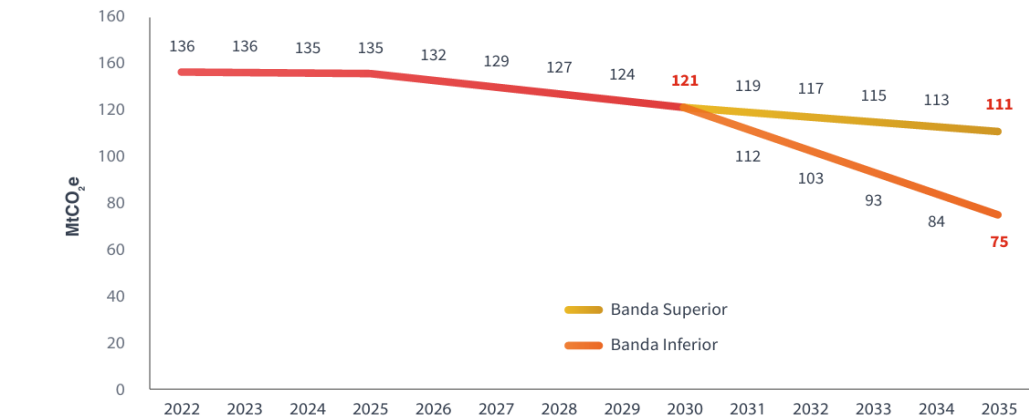
Plano Setorial de Cidades



Desagregação das Metas Setoriais

CIDADES	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Automóveis	69	68		44	65		
Motocicletas	5	5		4	5		
Ônibus urbano e micro-ônibus	14	15	- 1%	3	14	- 42%	- 6%
Caminhões leves	12	12		7	11		
Edificações (residenciais)	27						
Edificações (comerc. e instit.)	3	19	- 37%	18	18	- 42%	- 41%
Assentamentos (líquido)	6	3	- 50%	0	0	- 100%	- 100%
Total	136	121	- 11%	75	111	- 45%	- 18%

Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 31 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:

Reduzir em 25% (2030) e 50% (2035) a participação da gasolina no abastecimento de veículos leves

Atingir, no mínimo, 34,5% (2030) e 37% (2035) de participação dos modos ativos e 33,5% (2030) e 36% (2035) de participação do transporte público na matriz modal nacional

Aumento de cobertura vegetal urbana (90 mil ha em 2030 e 180 mil ha em 2035) e reduzir a área convertida para assentamentos em 40% (2030) e 50% (2035)

Participação na frota alocada para o TPC de, no mínimo, 35% dos veículos movidos a energias renováveis até 2035

Alcançar 19% (2030) e 38% da frota pública de veículos de serviços essenciais movidos por combustíveis de baixa ou zero emissão

Reduzir o tempo médio gasto de deslocamento em grandes cidades em 5% (2030) e 20% (2035)

Apoiar a construção de 470 mil unidades habitacionais no MCMV até 2030 e 3 milhões até 2035 com sistemas construtivos que reduzam emissões de CO₂ e a geração de resíduos



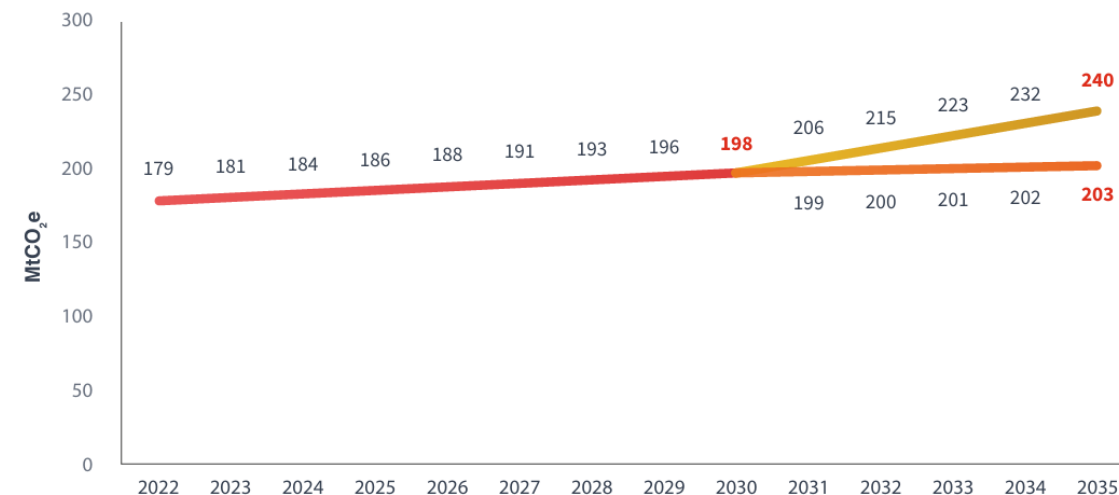
Plano Setorial da Indústria



Desagregação das Metas Setoriais

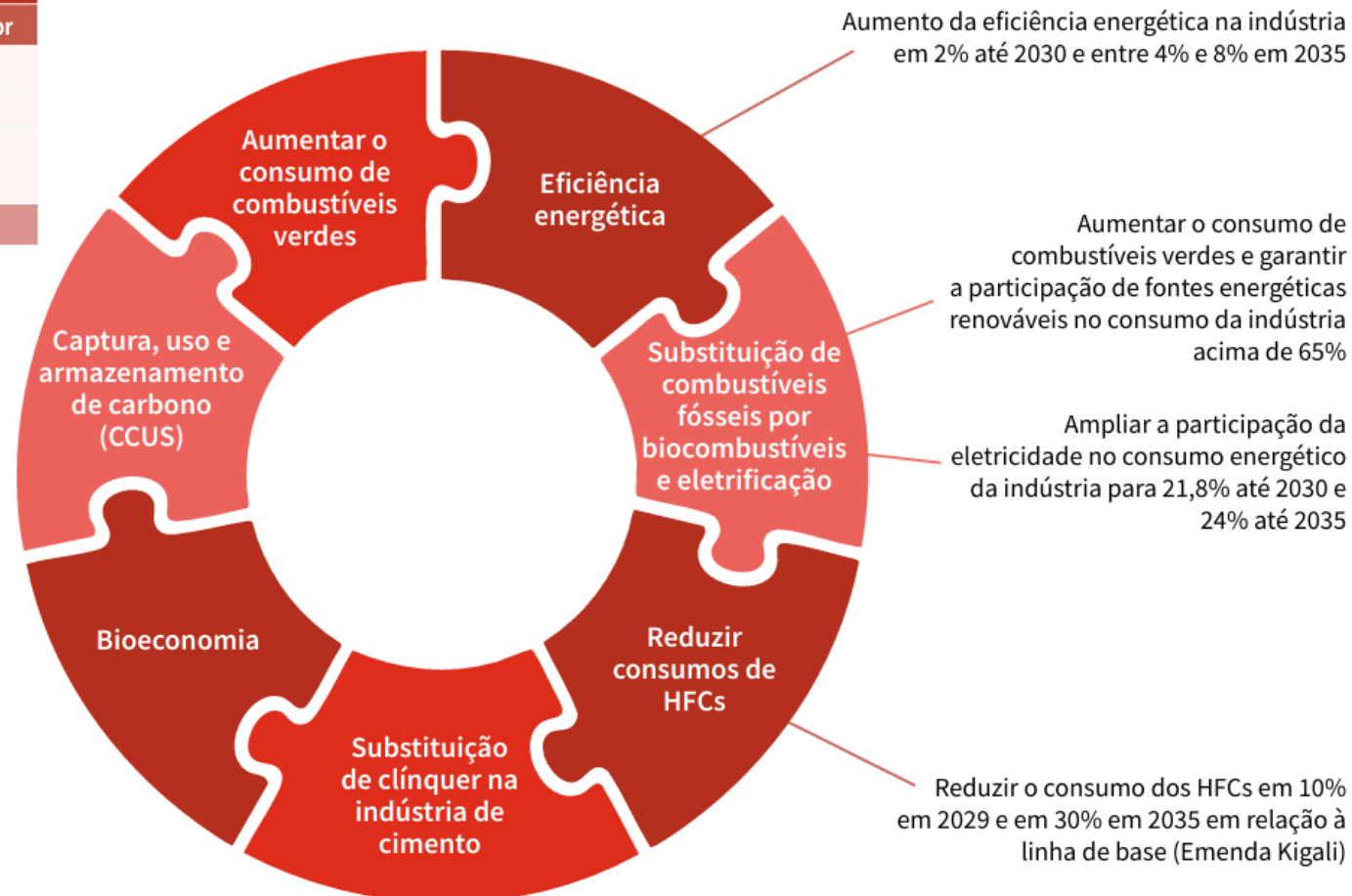
INDÚSTRIA	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
IPPU	102	120	18%	125	143	23%	40%
Queima de Combustíveis ⁵	71	73	3%	73	93	3%	31%
Águas Residuárias Industriais	6	5	- 17%	5	4	- 17%	- 33%
Total	179	198	11%	203	240	13%	34%

Trajetória de emissões líquidas



5 ações impactantes e 12 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:



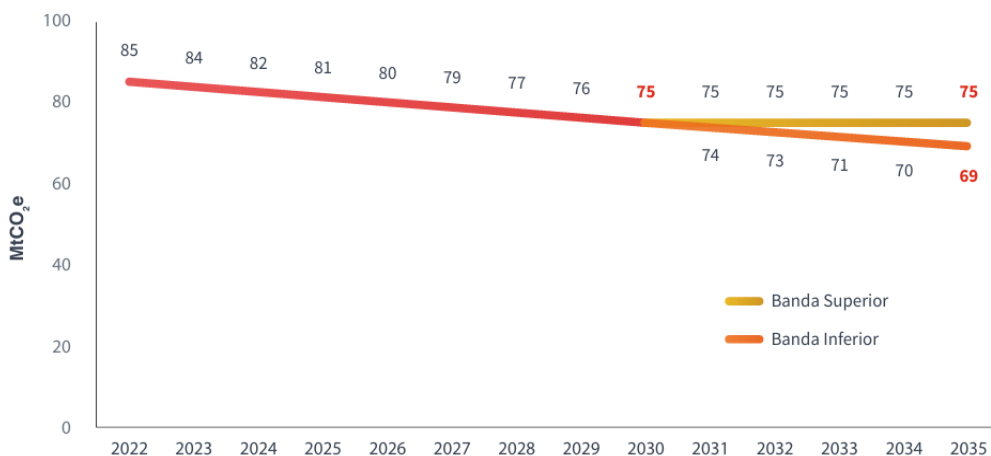
Plano Setorial de Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos



Desagregação das Metas Setoriais

RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES DOMÉSTICOS	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Disposição de resíduos sólidos (locais manejados)	44						
Disposição de resíduos sólidos (locais não-categorizados)	10	49	- 11%	45	49	- 18%	- 11%
Tratamento biológico de resíduos sólidos	0						
Incineração	1						
Águas residuárias domésticas	30	26	- 13%	24	26	- 20%	- 13%
Total	85	75	- 12%	69	75	- 19%	- 12%

Trajetória de emissões líquidas

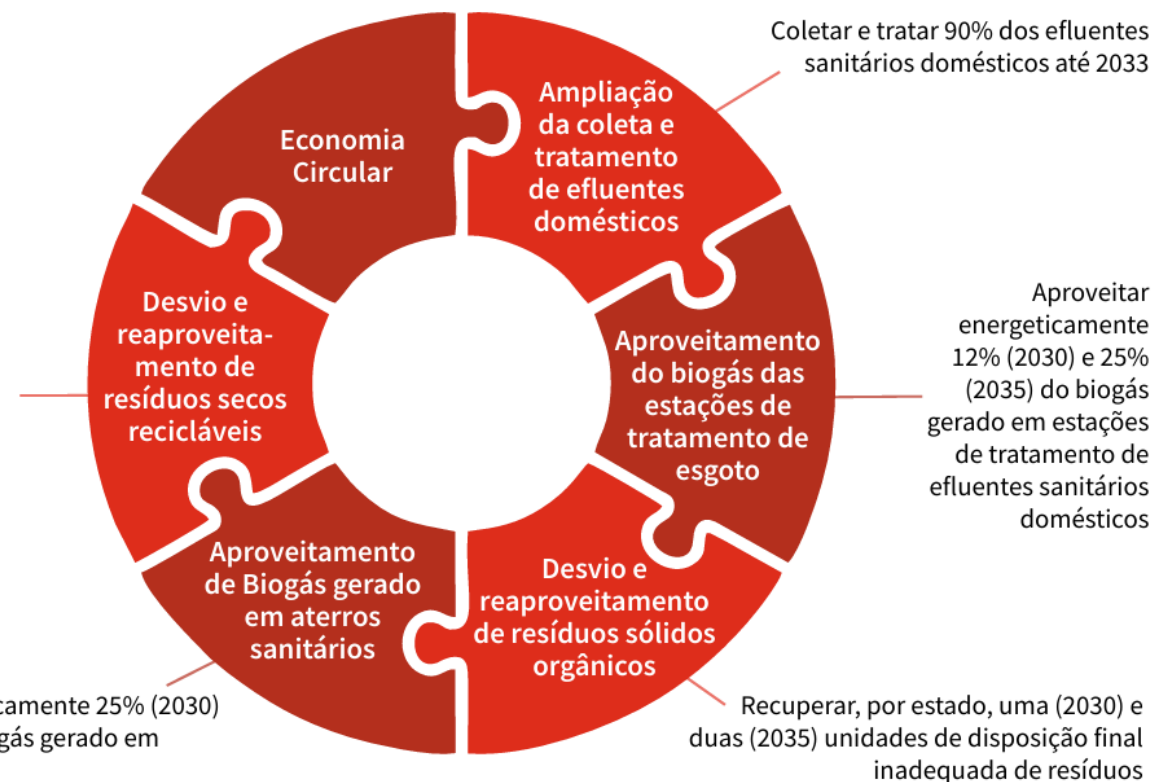


Reduzir em 25% (2030) e 35% (2035) a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para unidades de disposição final

Aproveitar energeticamente 25% (2030) e 45% (2035) do biogás gerado em aterros sanitários

5 ações impactantes e 14 ações estruturantes

Principais ações, alavancas e metas:





Obrigado!

Secretaria-Executiva do Comitê
Interministerial sobre Mudança do Clima

cim@mma.gov.br